

ASAP: "Governo pensa que com as sociedades multidisciplinares a transparência fiscal fica resolvida"

URL: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/asap-governo-pensa-que-com-as-sociedades-multidisciplinares-a-transparencia-fiscal-fica-resolvida-672830>

José Luís Moreira da Silva, presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal e sócio da SRS Advogados, considera que, atualmente, as firmas de advogados são as únicas prejudicadas com o facto de não existirem sociedades multidisciplinares, mas a ASAP ainda não tomou uma posição formal sobre o tema.

Completo recentemente um ano à frente desta associação. Que balanço faz deste mandato, num contexto de crise sanitária?

Realmente não ajudou nada esta situação. Deveríamos ter realizado, em junho de 2020, o nosso encontro anual que não se realizava desde 2016 e tínhamos tudo preparado, com um tema excecional (as novas tecnologias), com empresas internacionais, com peritos portugueses e estrangeiros que nos iam explicar como tudo está a evoluir no mundo da advocacia. Tentámos adiar para setembro e acabámos por adiar para o próximo ano [2021]. Esta era uma forma de reunir as sociedades, de falarmos, de estarmos todos juntos e essa impossibilidade dificulta, obviamente, o nosso trabalho. Pelo contrário, tivemos de virar as nossas prioridades para outros aspetos, relativos à situação da pandemia, e tivemos negociações maturadas com o Governo relativamente à moratória dos pagamentos por conta. Isso foi possível conseguir, o Governo esteve aberto a adiar até ao final do ano todos os pagamentos por conta de julho, setembro e até dezembro, o que minorou um pouco as dificuldades de alguns dos nossos associados. Penso que a prorrogação talvez seja difícil, na medida em que os pagamentos por conta são em antecipação do pagamento do ano e se passarem para o próximo ano já não é em antecipação, mas, o que presumo é que, como há três pagamentos por conta e alguns deles não serão pagos pelas dificuldades que alguns associados estão a passar pela diminuição da atividade.

Quais são as próximas prioridades da ASAP?

Continuamos a defender uma situação da qual temos vindo a falar com o Governo desde que tomei posse: a questão fiscal. É uma das nossas grandes preocupações, porque consideramos que é uma situação iníqua e que provoca uma concorrência desleal. Tem de ser resolvido urgentemente. O regime fiscal das sociedades de advogados tem o nome errado de transparência fiscal, tem pouco de transparência e muito de fiscal. O que se passa é que ainda tratam as sociedades de advogados como se elas não fossem sociedades de advogados, mas apenas aquilo que era no século passado, vários advogados que se reúnem, têm um espaço em comum e dividem algumas despesas. A visão do Estado fiscal sob as sociedades de advogados continua a ser essa e não representa a situação atual, que são verdadeiras empresas, mesmo as de pequena dimensão. Não há razão nenhuma para se manter esse regime, que provoca, cada vez mais, desigualdade profunda, porque hoje há sociedades de advogados com atividade aqui em Portugal, estrangeiras com sucursais aqui, que têm o regime fiscal da sua sociedade-mãe e nos outros países é um regime fiscal normal, de qualquer empresa. Além de que somos neste momento, com os solicitadores, as únicas sociedades de profissionais que têm este regime.

A ideia da vossa proposta mantém: a de opção entre o regime atual e o de IRC?

Exatamente, o que nós propusemos foi uma opção. Não é passar todos para o regime IRC. Quem quiser passar passa quem não quiser mantém-se neste. A Autoridade Tributária (AT) analisou a nossa proposta e deu-nos o acordo, por isso neste momento é apenas uma questão política, de o Governo poder alterar. Não tem sentido mantermo-nos como sociedades do passado se queremos olhar para o futuro. Esta violação da igualdade é brutal. Como é que podemos fazer investimentos, por exemplo, no estrangeiro, em países de expressão portuguesa onde precisam dos nossos serviços e a maioria das nossas associadas já tem atividade (Angola, Moçambique, Brasil, Macau...)? Depois estamos em concorrência direta com sociedades inglesas, espanholas, americanas que não têm este regime e por isso têm uma capacidade financeira muito maior do que nós. A Ordem apoia-nos inteiramente e tem defendido esta perspetiva junto do Governo.

No ano passado houve avanços nesse sentido. E agora, há abertura negocial?

O grande avanço que houve, ainda no final do mandato do anterior bastonário [Guilherme Figueiredo] foi a AT ter dado o acordo técnico à nossa proposta. Falta o acordo político. Penso que o Governo está perfeitamente disponível para fazer esta alteração mas tem agora outra batalha na qual também estamos envolvidos, a das sociedades multidisciplinares. Penso que o Governo pensa que com a passagem das sociedades profissionais a sociedades multidisciplinares a questão fica automaticamente resolvida. Ou seja, estará numa perspetiva de resolvendo um problema resolve o segundo da mesma forma. Como sabe, a Ordem dos Advogados é totalmente contra a multidisciplinariedade. Entre os nossos associados temos visões diferentes, contra e a favor. Não é uma questão essencial para nós. A verdade é que neste momento as sociedades de advogados são as únicas prejudicadas com a não existência de sociedades multidisciplinares. Vemos que as grandes auditoras e consultoras internacionais já têm sociedades de advogados acopladas, autónomas, mas toda a gente sabe que fazem parte dessas auditoras, e nós não podemos ter auditoras acopladas a nós.

E qual é a sua opinião?

Estamos a fazer um debate na ASAP e ainda não temos uma posição final. Estamos a reunir imensos elementos, a ver a situação em países como Espanha, França, Alemanha - para não falar no Reino Unido onde a realidade é um bocadinho diferente - que são comparáveis a nós e já têm este regime há muitos anos, alguns desde 2006. Realmente, as sociedades de advogados mantiveram a autonomia plena, não houve uma corrida à constituição de sociedades multidisciplinares. É muito limitado. Eu diria que não é preciso avançar para isso, mas se o Governo quiser fazê-lo tem de ter atenção às próprias restrições que a diretiva europeia prevê e o decreto lei que a transpõe: que sejam respeitados os atos próprios dos advogados, os conflitos de interesses, a deontologia própria dos advogados. Isto muitas vezes não é falado, mas a diretiva diz que pode-se avançar mas no respeito por estes princípios essenciais. E se estes princípios forem respeitados, tal como acontece em Espanha, França ou Alemanha, não haverá grandes mudanças. Pelo menos, se alguma sociedade de advogados portuguesa quiser fazer o mesmo que uma grande auditora já pode fazer.

Que leitura faz da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção?

Acho muito importante e só tenho pena que o Governo só agora tenha enveredado por essas medidas, que parecem ainda algo insuficientes. A ministra lançou-as mas nada está concretizado ainda. Mais do que falar é preciso passar à prática, que haja uma efetiva vontade política de combate à corrupção. Com as perspetivas que temos de entrarem 14 ou 15 mil milhões em grandes projetos infraestruturais, o passado ensinou-nos que se isso não for acompanhado com medidas muito concretas de combate à corrupção podemos ter aqui situações complicadas outra vez, que todos queremos evitar. A ASAP apoiará sempre a transparência. Acho que a corrupção tem de ser combatida com todos os meios possíveis, dentro da constitucionalidade e da legalidade. As sociedades de advogados estão sempre na primeira linha no combate à corrupção. Temos regras de compliance extraordinariamente apertadas dentro de nós próprios. Não há uma única sociedade de advogados que faça parte da ASAP que não tenha regras específicas e apertadas de verificação de conflitos de interesse, de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Não é pelas sociedades de advogados que a corrupção vai vingar. Pelo contrário, poderão sempre contar connosco para que essas situações não sucedam.

Ler mais

Mariana Bandeira